

RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.839 - DF (2017/0006611-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : HOSPITAL SANTA HELENA S/A
ADVOGADOS : GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS - DF007383
FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO - DF011707
MOSIAH DE CALDAS TORGAN E OUTRO(S) - DF034413
RECORRIDO : MARIA DAS DORES ALVES DE SOUSA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por HOSPITAL SANTA HELENA S/A, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fl. 648, e-STJ):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE RETROAÇÃO À DATA DA PROPOSITURA DA DEMANDA. PRESCRIÇÃO.

I - A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação, deste que observados os prazos do art. 219, §§ 2º e 3º, do CPC/73.

II - A diligência do autor em buscar endereços e solicitar pesquisas ao Poder Judiciário não é suficiente, por si só, para afastar a ocorrência da prescrição. O demandante, além de ser diligente, tem que observar os prazos estabelecidos no art. 219 do CPC/73, sob pena de não ver a interrupção da prescrição retroagir à data da propositura da demanda.

III - Prescreve em 5 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

IV - Deu-se provimento ao recurso dos réus. Prejudicado o apelo do autor.

Opostos embargos de declaração (fls. 657/660, e-STJ), esses foram rejeitados.

Em suas razões recursais (fls. 672/695, e-STJ), a recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação aos artigos 219 §§ 1º e 2º do Código de Processo Civil/73; 1.022 do Código de Processo Civil/15; 5º, XXXv, LIV e LV da Constituição Federal. Sustentou, em suma: i) negativa de prestação jurisdicional, por não terem sido supridas as omissões suscitadas nos aclaratórios em relação à ausência de desídia na busca pela citação dos devedores; ii) incorreu a prescrição nos presente autos, tendo em vista que não há que se falar em conduta desidiosa da recorrente.

Contrarrazões (fls. 702/714, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 716/718, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Com efeito, no que tange à alegada violação ao artigo 1022 do CPC/15, não merece acolhimento a insurgência, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem.

Aduz a ora agravante a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ao

argumento de que o Tribunal de origem teria sido omissos no que diz respeito à ausência de desídia na busca pela citação dos devedores.

Contudo, da leitura dos autos, constata-se que referida tese fora expressamente examinada pela Corte *a quo*, consoante se denota dos seguintes trechos (fl. 651, e-STJ):

A diligência do autor em buscar endereços e solicitar pesquisas ao Poder Judiciário não é suficiente, por si só, para afastar a ocorrência da prescrição.

O demandante, além de ser diligente, tem que observar os prazos estabelecidos no art. 219 do CPC/73, sob pena de não ver a interrupção da prescrição retroagir à data da propositura da demanda.

No caso em apreço, não houve a interrupção da prescrição no prazo legal, pois as diligências para a citação dos réus foram todas frustradas e, quando requerida a citação por edital, já havia transcorrido o prazo de 90 dias do art. 219, § 3º, do CPC/73. A prescrição, portanto, apenas se interrompeu com a citação por edital, quando já havia transcorrido a prescrição quinquenal.

Dessa forma, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal local, **que apreciou todas as questões que lhe foram postas de forma suficiente.**

A propósito, é entendimento pacífico deste Superior Tribunal que **o magistrado não é obrigado a responder a todas as alegações das partes se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados.**

Nesse sentido, confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COMINATÓRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FALTA DE INTIMAÇÃO PARA ACOMPANHAR VISTORIA. ART. 431-A DO CPC. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. NULIDADE. AUSÊNCIA. DECADÊNCIA. PRAZO. TERMO INICIAL. ART. 618, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

[...]

(REsp 1296849/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017)

Desta forma, considerando que a questão trazida à discussão foi dirimida pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e **sem omissões ou contradições**, merece ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional.

2. A prescrição somente é interrompida, no processo judicial, quando o réu tenha sido regularmente citado dentro do prazo previsto pela legislação. A promoção de citação extemporânea implica a não interrupção do prazo prescricional, salvo quando a

demora na comunicação do ato processual decorrer de falha dos mecanismos da Justiça, nos termos da Súmula n. 106/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA.

1. "Para reconhecimento da prescrição intercorrente, é imprescindível a comprovação da inércia do exequente, mediante a intimação pessoal do autor para diligenciar nos autos" (EDcl no AREsp 604.906/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016).

2. **Súmula 106 do STJ dispõe que "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 879.973/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 06/09/2016)

No entanto, não é possível rediscutir, em sede de recurso especial, se a demora na citação do réu ou executado teria decorrido de falha do sistema jurisdicional ou de inércia da parte autora, dada a necessidade de reexame de prova, vedado pela Súmula 7/STJ.

A esse respeito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TÍTULO DE CRÉDITO. CHEQUE. AÇÃO MONITÓRIA. CITAÇÃO REALIZADA APÓS O TRANSCURSO DOS PRAZOS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 219 DO CPC/1973. INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. NÃO INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. REVISÃO DO ACÓRDÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos do art. 219, § 4º, do CPC/1973, "não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição", a qual somente se interrompe, com efeitos retroativos à data da propositura da ação, quando verificada que sua demora se deu por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, nos termos da Súmula 106/STJ.

2. O Tribunal de origem concluiu que, por inércia da parte exequente, os executados não foram citados nos prazos do art. 219, §§ 2º e 3º, do CPC/1973, de modo que a prescrição não foi interrompida.

3. **A alteração do entendimento firmado, no sentido de reconhecer que a demora na citação decorreu de ato estranho aos exequentes, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 858.142/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 30/09/2016) (grifos acrescidos)

Na espécie, o Tribunal de origem foi categórico ao afirmar: "*No caso em apreço, não houve a interrupção da prescrição no prazo legal, pois as diligências para a*

citação dos réus foram todas frustradas e, quando requerida a citação por edital, já havia transcorrido o prazo de 90 dias do art. 219, § 3º, do CPC/73. A prescrição, portanto, apenas se interrompeu com a citação por edital, quando já havia transcorrido a prescrição quinquenal".

Ademais, a Corte estadual consignou que a demora na citação não adveio dos mecanismos inerentes ao Poder Judiciários. É o que se extrai dos excertos do aresto hostilizado (fls. 651/652, e-STJ):

A regra inscrita nos dispositivos acima mencionados não é peremptória, porque ultrapassado o citado lapso temporal, o demandante ainda poderá promover a citação do réu, a qual interromperá a prescrição. A norma processual apenas enuncia que, caso a citação seja realizada em data posterior aos 10 dias, prorrogáveis até 90, a interrupção da prescrição não retroagirá à data da propositura da demanda. Nesse sentido, é válida a citação realizada fora dos prazos processualmente estabelecidos, todavia considerar-se-á interrompida a prescrição na data em que citado o réu, sem qualquer efeito retroativo.

A diligência do autor em buscar endereços e solicitar pesquisas ao Poder Judiciário não é suficiente, por si só, para afastar a ocorrência da prescrição.

O demandante, além de ser diligente, tem que observar os prazos estabelecidos no art. 219 do CPC/73, sob pena de não ver a interrupção da prescrição retroagir à data da propositura da demanda.

No caso em apreço, não houve a interrupção da prescrição no prazo legal, pois as diligências para a citação dos réus foram todas frustradas e, quando requerida a citação por edital, já havia transcorrido o prazo de 90 dias do art. 219, § 3º, do CPC/73. A prescrição, portanto, apenas se interrompeu com a citação por edital, quando já havia transcorrido a prescrição quinquenal.

Muito embora não se deva prestigiar o inadimplemento, o ordenamento jurídico exige diligência do credor. Cumpre-se destacar que a referida demora não adveio dos mecanismos inerentes ao Poder Judiciário, o que afasta qualquer possibilidade de aplicação do verbete sumular nº 106 do STJ.

Nos termos do art. 206, § 5º, do Código Civil, prescreve em 5 anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

Os autos revelam que o vencimento da dívida se deu em 13.08.2009 (fls. 03 e 29), que a demanda foi proposta em 27/08/2009 e que a citação por edital apenas ocorreu em 2015.

Assim, escoados os prazos legais para promover a citação dos réus, o que permitiria que a interrupção da prescrição retroagisse à data da propositura da demanda, conclui-se que a pretensão do autor foi fulminada pela prescrição.

Logo, infirmar essa conclusão encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Por fim, importante consignar que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

A propósito, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulada, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

4. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

5. Agravo interno ao qual se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1152399/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018; grifou-se)

4. Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator